

Quem tira dos professores?

O GLOBO

EMIL FARHAT

25 ABR 1989

Para os observadores sociais, já era visível a olho nu que, a um passo adiante da fila dos necessitados e miseráveis teoricamente assistidos pelas verbas de destinação social do Estado, colocabam-se os professores primários do País, de um modo geral.

Aliás, esses mestres escapam, por dois ou três magros cifrões, de serem alinhados entre os flagelados de qualquer de nossas intempéries meteorológicas.

Sabia-se, por exemplo, que a parte mais numerosa daqueles 92% de funcionários mineiros que ganham menos de dois mínimos é formada pelo seu professorado primário.

Ainda agora, uma professora de grupo escolar, de cidade da Zona da Mata mineira, queixava-se que, após 20 anos de magistério efetivo em sala de aula, que lhe assegurava a tuta-e-meia de NCZ\$ 150 mensais, teve seu salário reduzido para NCZ\$ 80, por haver optado cuidar do setor da renda escolar. E tratava-se de uma das mestras mais estimadas, por sua dedicação e competência.

Depoimento de outra mestra da mesma cidade mineira revela seu constrangimento, quando surgem discussões de natureza econômica em aula: dois alunos de 16 e 15 anos ganham um quase o triplo, e outro duas vezes mais que ela. Os alunos são continuos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Há dias, também era notícia que um mestre-escola municipal em Salvador, Bahia, ganha de NCZ\$ 35 a NCZ\$ 60 por mês.

Tudo isso vem a propósito do fato de ter sido divulgada recente pesquisa internacional, que confirma a baixíssima remuneração de nosso professorado primário. Remuneração que tem equiparação na igual miséria dos provenientes que recebem seus colegas hindus: 1.600 dólares por ano.

Qual a significação da miserabilidade dos salários dos professores primários no País? Despreço por seu trabalho? Ignorância do valor dele, por parte dos políticos e — por que não dizer — também da sociedade?

O fato de o Brasil ter chegado às vésperas do século XXI com uma massa de 75% de adultos analfabetos e semi-analfabetos é por si uma agressiva evidência do baixo grau de apreço e importância que nossas classes dirigentes dão ao ensino básico e, por extensão, à própria Educação como um todo.

Em qualquer país em que os políticos sabem qual é a importância e o valor da Educação, o professorado público, primário e secundário, representa a maior massa de funcionários do Estado — quase sempre bem pagos.

Prova-o essa pesquisa promovida pela União dos Bancos Suíços, e pela qual se verifica que professores primários da Suíça, Japão, Estados Unidos, Alemanha e Canadá vencem salários anuais que variam de 32.500 dólares (Chicago) a 57.300 (Genebra). Isto é, de 20 a 35 vezes mais do que ganha o professor primário fluminense (1.600 dólares anuais, tomado como padrão brasileiro na pesquisa Suíça).

Esse tratamento financeiro à base de migalha é a maior prova de que o político brasileiro vê o professorado apenas como segmento do rebanho eleitoral.

O que o professor venha a fazer ou produzir não importa. O que importa é a quantidade de votos que possa gerar ou significar, por si ou pelo parentesco.

E como o que preocupa ao prócer carreirista é o aumento contínuo do rebanho eleitoral, ele se lança às manobras e caçadas do empreguismo, tentando ampliar ao máximo o gado de seus currais votantes.

Foi por recusar-se a nomear mais "professores" que Graciliano Ramos

caiu em desgraça quando Secretário de Educação das Alagoas.

Dessa fabricação de empregos em massa, o professorado resulta atropelado por todos aqueles milhares de funcionários sem a mínima utilidade administrativa ou social, que passam a disputar com os professores um fatiamento cada vez maior das folhas de pagamento.

Os zeros cortados dos salários dos mestres alimentam a alimária, que os políticos vão arrebanhando incessantemente nas pastagens de suas bases.

É montado no gado arrecadado nas sucessivas etapas ou posições em que pôde dar empregos em massa que o político brasileiro vem fazendo seu trajeto rumo à vereança, à deputação, à senatoria, à governança e à Presidência.

Para o político, o professor é um eleitor. E como ele precisa de todos os eleitores, o professor fica sendo apenas mais um, entre dezenas ou centenas ou milhares de outros nomes na mesma folha de pagamento.

Entenda-se por político não apenas o paisano. Mas todos que, ao longo destas décadas, exerceram funções executivas ou legislativas. E para os quais não há nenhum motivo de indignação, ou sequer preocupação, no fato de o País chegar às vésperas do século XXI ostentando a tragédia de 12 milhões de crianças sem escola, segundo acaba de informar o Ministério da Educação.

Para alguns estrategos de alta categoria, que passaram pelos sucessivos governos, o importante não é investir no elemento humano, nos 12 milhões de brasileirinhos que ficam sem escolas. Mas na hipótese do Brasil-potência.

Por isto, eles se orgulham de termos 600 estatais funcionando. E gastando a pleno vapor.